

Ensino Superior em Expansão: mudanças no perfil socioeconômico do alunado?

ABSTRACT OF THE PAPER "EXPANDING THIRD LEVEL EDUCATION: CHANGES IN THE SOCIO-ECONOMIC PROFILE OF STUDENTS?"

*Hustana M^a Vargas
PUC-Rio*

Resumo

A população brasileira de 18 a 24 cursando o ensino superior deve ser triplicada até 2011, segundo o Plano Nacional de Metas da Educação. Ações governamentais e privadas têm sido empreendidas no sentido de ampliar a oferta de vagas nesse nível de ensino. Entretanto, numa perspectiva de democratização do ensino superior, espera-se que essa expansão ocorra simultaneamente a uma oferta qualitativa academicamente e que inclua grupos historicamente alijados do ensino superior. Assim sendo, importaria investigar algumas das condições sociais de produção de uma expansão democrática do ensino superior no Brasil, dadas suas características de desigualdade social, já prenunciando a existência de fronteiras simbólicas, sociais e institucionais a serem transpostas. Uma delas diz respeito à hierarquia de carreiras, restando as mais prestigiadas à elite da população. Nesse sentido, com base em dados preliminares levantados para a tese de doutorado da autora, em andamento, este trabalho destaca dois grupos de carreiras quanto ao seu prestígio social - de alto e baixo prestígio -, para averiguar se tem havido ingresso de novos perfis socioeconômicos nas mesmas. Foram utilizados os microdados do Exame Nacional de Cursos (Provão) entre 2000 e 2003, últimos anos da expansão do ensino superior, no recorte espacial do Estado do Rio de Janeiro. Os dados apurados configuram a distinção radical entre os perfis socioeconômicos dos dois grupos de carreiras, a permanência dessa composição no tempo e ratificam a impermeabilidade do acesso a carreiras de maior prestígio social, comprometendo o projeto de democratização do ensino superior em nosso país.

Abstract

According to the National Educational Targets Plan the proportion of the Brazilian population aged between 18 and 24 studying in third level education needs to be tripled by 2011. Governmental and private sector actions have tried to expand the offer of places at this level of education. Furthermore, from the perspective of democratizing third level education, it is expected that this expansion will occur simultaneously to a offer of improved academic standards

and that it will include groups that have historically been marginalized as regards higher education. Therefore, the social conditions of the production of a democratic expansion of higher education in Brazil will need to be investigated, due to the characteristics of social inequality in the country, pointing to the existence of symbolic, social and institutional boundaries to be transposed. One of these is related to the hierarchy of careers, with the most prestigious being restricted to the elite of the population. Based on the preliminary data obtained as part of the author's ongoing doctoral thesis, this paper highlights the social prestige of two groups of careers - one with high prestige and the other with low - to investigate if new socio-economic profiles have entered these careers. Micro-data from the National Exam of Educational Courses (known as the *Prova*) between 2000 and 2003, the ultimate years of the expansion of third level education, was used. The selection of data was restricted geographically to Rio de Janeiro state. The data obtained shows a radical distinction between the socio-economic profiles of the two groups of careers, the permanence of this composition over time, as well as demonstrating the impermeability of access to careers with greater social prestige, thereby compromising the project of democratizing third level education in Brazil.

1 - EXPANSÃO E OPORTUNIDADES DEMOCRÁTICAS

As relações entre escolaridade, taxa de ocupação e rendimento médio têm sido bem estabelecidas no Brasil: verifica-se que a cada ano adicional de estudo a renda média aumenta 16% e que a taxa de ocupação cresce de 52% para 87% entre analfabetos e indivíduos que concluíram o ensino superior (Neri, 2007). Embora em expansão¹, este nível de ensino alcança apenas 10% da população entre 18 e 24 anos. Visando aprimorar este quadro o governo estabeleceu um Plano Nacional de Educação a fim de prover a oferta de ensino superior para 30% daquela faixa etária até 2011.

Espera-se hoje que essa expansão não apenas agregue mais alunos, mas que se caracterize por uma maior independência entre as origens sociais destes e o desempenho acadêmico, a escolha de carreiras e a permanência nos cursos, o que concorreria para promover uma real **democratização do ensino superior** (Boudon,

¹ Em 1980 eram cerca de 1.500.000 matrículas, contra cerca de 4.000.000 em 2003.

1979, Martins, 2006 e Silva, 2003). Nesse sentido, dizemos que um sistema escolar

é mais "aberto" ou "democrático" quanto menor for a correlação entre a origem social familiar dos alunos e o desempenho destes durante o processo de escolarização, seja em termos do aprendizado (conhecimento absorvido) efetivamente alcançado, seja em termos da realização escolar (anos de escolaridade completada com sucesso) finalmente obtida (Silva, 2003, p. 105).

Por certo a produção da educação está impregnada de marcas sociais que vão favorecer ou não este processo, pois muitos são os sujeitos, interesses, sentidos e variáveis envolvidos, e qualquer política pública que ignore estes condicionantes sociais corre riscos de fracasso.

Encontramos em Pierre Bourdieu subsídio teórico para pensar a dimensão simbólica mais geral deste fenômeno, especialmente em seus estudos sobre os processos de hierarquização e re-hierarquização sociais que ocorrem sob os auspícios do sistema escolar, objeto privilegiado de suas preocupações empíricas e teóricas (Bourdieu, 1989 e 1994). Com as armas da Sociologia, que "liberta libertando da ilusão da liberdade" (Bourdieu, 1983, p. 28) é ainda o próprio Bourdieu quem faz um importante alerta: a luta científica se torna cada vez mais intensa na medida em que a ciência avança ou, mais precisamente, na medida em que os recursos científicos acumulados aumentam e que o capital necessário para realizar a invenção se torna mais larga e uniformemente distribuído entre os concorrentes pela ampliação do **direito de entrada** no campo.

Consideremos, finalmente, que os benefícios privados associados à educação superior no Brasil são indiscutíveis: pela PNAD de 2001 o rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas com 15 anos ou mais de estudo - ou seja, nível superior - era o triplo de quem tinha nível médio. Todavia, os benefícios sociais - o que a sociedade ganha - ,

são mais problemáticos, se não acreditarmos que estas diferenças correspondem sempre a variações em produtividade (advogados e

médicos, por exemplo, podem ganhar muito bem às custas de sua capacidade de cobrar altos honorários de seus clientes, sem que haja um acréscimo de produtividade nem renda agregada para o conjunto) (Schwartzman, 2004, p. 497).

Compreensível se torna, portanto, o caráter de fronteira da educação e muito especialmente do **ensino superior** numa sociedade fechada e desigual como a brasileira. A transposição desse limite não se dará sem o enfrentamento de toda uma engenharia social e institucional. O que estaria por detrás dessa dinâmica? Nossa primeira hipótese é que se trata do lugar determinante do ensino superior na alocação do *status* social. Seja pelo valor simbólico do título, seja pela qualificação exigida pelo mercado de trabalho, seja pelo fenômeno do "fechamento das profissões", inclusive as docentes - em tudo se pode antever o limite do ensino superior a demarcar os espaços sociais.

Assim sendo, importaria investigar algumas das condições sociais de produção de uma expansão democrática do ensino superior no Brasil, já prenunciando a existência de fronteiras simbólicas, sociais e institucionais a serem transpostas. Uma delas diz respeito à **hierarquia de carreiras**, restando as mais prestigiadas à elite da população.

2 - HIERARQUIA DE CARREIRAS COMO OPERAÇÃO SOCIAL DE DISTINÇÃO

Situando o ensino superior face à sociedade brasileira, Martins (2000) assinala seu caráter desigual: mais do que em outros países, a educação superior permaneceria com fortes traços elitistas. Se o fenômeno da elitização, no início, se identificava pelo reduzido número de instituições e de vagas, a evolução do sistema decorrente da dinâmica social e do aumento do acesso da população ao ensino superior introduziu, paulatinamente, novos mecanismos de discriminação e de distinção social, ligados aos recortes: público *x* privado, universidade *x* instituição isolada, ensino de elite *x* ensino de massa e cursos dominados por

camadas privilegiadas socialmente x cursos que absorvem um público socialmente heterogêneo.

Pesquisa de Schwartzman (1998) relacionando os setores público e privado a tipos de cursos, demonstra como estas distinções inclusive se sobrepõem: profissões tradicionais são super-ofertadas no ensino público federal, de maior prestígio, em detrimento de profissões recentes e menos prestigiadas. Em trabalho anterior (1990) revelava como a escolha por profissões tradicionais e pelas novas profissões está fortemente relacionada à juventude e à possibilidade de estudar no turno diurno, características dos que puderam desenvolver uma trajetória escolar sem interrupções.

Não consiste propriamente uma excepcionalidade brasileira o fenômeno da correlação entre gênero, origem socioeconômica e a graduação cursada. Na Suécia, por exemplo, considerado um dos países mais igualitários do mundo, também fica bem caracterizada essa relação. Estudo sobre o sistema de ensino sueco e os mercados transnacionais (Broady, Börjesson e Palme, 2002) constatou, sinteticamente: a) a presença de cursos e instituições acadêmicas freqüentadas principalmente por moças ou por rapazes, b) cursos e instituições que recebem estudantes oriundos de famílias com um amplo volume total de capital e de outro, instituições freqüentadas por estudantes de origem social mais modesta.

Voltando ao nosso caso, para Schwartzman (1989) a cristalização da hierarquia de carreiras opera de tal forma no Brasil que se pode dizer que escolher uma carreira pouco tem a ver com "vocações" e preferências e muito mais com condições pessoais e sociais que condicionam esta escolha. O próprio governo, ao expor o perfil socioeconômico geral de estudantes de graduação avaliados ano a ano pelo Provão² e pelo ENADE, tem reconhecido que se devem

² Provão: Exame Nacional de Cursos, ocorrido entre 1996 e 2003. ENADE: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, aplicado de 2004 em diante.

particularizar as análises curso por curso (INEP, 2005). Isto porque sob alguns aspectos haja uma aparência de democratização no ensino superior³, seria necessário atentar para a situação específica dos vários cursos, o que serviria, inclusive, para dimensionar políticas públicas.

É dessa forma, por exemplo, que além de instituir um programa de bolsas (PROUNI) mais atrativo que o financiamento anterior (FIES), instituiu posteriormente um programa de "bolsas-permanência", favorecendo alunos bolsistas do PROUNI que estejam cursando graduações em período integral. Essa ação já decorreria da percepção governamental de que para viabilizar a permanência de uma fração da população em carreiras que pressupõem uma carga horária superior, coincidindo com cursos de alto prestígio, não bastaria a gratuidade da mensalidade, pelos outros custos envolvidos. Trata-se de uma iniciativa tímida e limitada, mas que não deve ser negligenciada pelo que indica. Cabe indagar, assim: como estariam hierarquizadas, no Brasil, as carreiras do ensino superior? Vários estudos se ocupam dessa tarefa. Setton (1999) e Silva (apud Diniz, 2001), por exemplo, são autores que oferecem uma tipologia⁴ de cursos superiores, em ambos os casos evidenciando-se a correlação entre origem social e opção de curso.

Observe-se, entretanto, que a construção social do prestígio não se esgota na inclusão de estudantes mais favorecidos em carreiras especiais. Há que se considerar também o outro pólo, ou seja, a dinâmica **profissional** destas carreiras. Especialmente as profissões de alto prestígio estabelecem toda uma atividade de preservação de *status* através de suas associações corporativas: por

³ Como o maior aporte de egressos do ensino médio público entre os formandos, ano a ano.

⁴ Setton dividiu-os em cursos seletos, intermediários e populares, segundo a concentração nas três formas de capital de Bourdieu. Para capital econômico, computou a renda familiar. Para capital social, a ocupação do pai e o conhecimento de idiomas por parte do aluno e finalmente para capital cultural, a escolaridade dos pais. Empregando essa tipologia para a área de Humanidades na USP, classificou como seletos os cursos de Direito e Administração, como intermediários Turismo e Contabilidade e como populares Biblioteconomia e Pedagogia. Alternativamente, Silva toma como base a relação candidato/vaga no vestibular da UFRJ nos anos de 1979 e 1993. A uma elevada relação candidato/vaga corresponderia, segundo o autor, maior capital cultural, e as profissões de maior prestígio seriam justamente aquelas que recrutariam estudantes com maior capital cultural. Pelo menos duas carreiras se mantêm entre as três mais prestigiadas nos dois anos: Engenharia e Medicina.

exemplo, no caso da Medicina o Conselho Federal de Medicina, no de Direito a Ordem dos Advogados do Brasil e no de Engenharia o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, com seus correspondentes estaduais. Aqui cabe perfeitamente o conceito de "fechamento", elaborado por Weber para indicar o processo pelo qual coletividades sociais procuram maximizar seus ganhos pela restrição do acesso a recursos e oportunidades, geralmente de natureza econômica, a um círculo limitado de escolhidos que buscam monopolizá-los (Weber, 1991). No caso destas agremiações, ingerências são produzidas em torno à oferta de cursos e vagas, no direcionamento curricular e até mesmo na produção de avaliações. O caso extremo é representado pela OAB, entidade que titula o egresso do ensino superior em Direito como **advogado**, através de um concurso que aprova cada vez menos candidatos. Ou seja: as instituições de ensino formam apenas o bacharel em Direito; não o profissional respectivo.

Os efeitos acumulados de tal distinção podem ser asseverados tomando-se uma pesquisa de Maria Alice Nogueira com um certo tipo de elite, a empresarial, investigando a formação superior de filhos de médios e grandes empresários. Representam frações da população que poderiam até mesmo dispensar o ensino superior, fosse feito um cálculo apenas sobre sua importância na manutenção de suas condições materiais. Inicialmente, deve-se sublinhar que a passagem pelo curso superior não é renunciada por eles. Embora estabeleçam com ele uma relação *blasé* ou mesmo desdenhosa, não o dispensam como certificado de distinção social. "Assim, não deixam de ser sensíveis aos benefícios simbólicos do diploma: prestígio, respeitabilidade, legitimidade cultural, círculo de amizades, influências, alianças matrimoniais etc. Como seus pais, eles vivem, portanto, uma contradição interna entre, de um lado, a descrença no poder do diploma e, de outro, o reconhecimento de seu valor simbólico" (Nogueira, 2004, p. 127).

Entretanto, para a abordagem deste trabalho o mais importante naquela investigação é a escolha profissional dos sujeitos. Contrariando as expectativas,

já que estabelecem uma relação atípica com o sistema escolar, estes herdeiros procedem a opções de curso bastante tradicionais. Ou seja: dada sua relativa independência do sistema escolar como sistema de ascensão social, em princípio **qualquer carreira** poderia ser escolhida, sendo cursada apenas para expressar o ingresso no nível superior ou uma real vocação, mesmo descolada de prestígio social. Não foi o que se viu: dos 23 estudantes pesquisados e seus 36 irmãos, apenas dois não seguiram carreira entre as profissões hierarquicamente superiores, de alto e médio alto prestígio social, sobressaindo com folga aquelas ligadas ao mundo empresarial: Administração de Empresas, Engenharia Civil e Direito.

Finalmente, conjugando a relação candidato/vaga no vestibular às ofertas do mercado de trabalho, Queiroz (2004) classifica as profissões como de alto, médio (com subdivisões) e baixo prestígio. Eis, em forma de tabela, a hierarquia de prestígio das carreiras elaborada pela autora:

Tabela 1: Hierarquia de prestígio das carreiras - Queiroz

ALTO	MÉDIO			BAIXO
	ALTO	MÉDIO	BAIXO	
Medicina	Ciências Econômicas	Secretariado	Filosofia	Desenho e Plástica
Direito	Jornalismo	Farmácia	Ciências Biológicas	Instrumento
Odontologia	Medicina Veterinária	Agronomia	Música	Biblioteconomia
Administração	Engenharia Sanitária	Licenciatura e Bacharelado em Química	Geologia	Canto
Processamento de Dados	Enfermagem	Educação Física	Física	Licenciatura em Ciências do 1º. Grau
Engenharia	Pedagogia	Desenho	Geofísica	Geografia

Elétrica		Industrial		
Psicologia	Ciências Contábeis	Ciências Sociais	Composição e Regência	Museologia
Engenharia Civil	Nutrição	Artes Plásticas	Estatística	---
Engenharia Mecânica	Química Industrial	Letras	Artes Cênicas	---
Arquitetura	Engenharia de Minas	Matemática	Dança	---
Engenharia Química	---	---	História	---

Fonte: Queiroz, 2004.

Importa destacar que, independente do critério de hierarquização selecionado, encontraremos em seu plano superior profissões tradicionais como Medicina, Direito e Engenharia, tratadas como "profissões imperiais" desde o século XIX (Barbosa, 2003 e Coelho, 1999) e como de médio baixo e baixo prestígio, dentre outras, todas as carreiras relacionadas às licenciaturas.

2.1 HIERARQUIA DE CARREIRAS E AVALIAÇÕES DO MEC

O MEC ao definir, desde 1996, quais carreiras seriam objeto das avaliações nacionais, de certa forma revela uma visão sobre hierarquia de cursos. Sim, porque vários critérios poderiam ter sido utilizados. Apenas como exemplo: a) avaliar primeiro os cursos que envolvessem o maior número de graduandos, partindo do princípio que mais pessoas estariam afetadas pela boa ou má qualidade dos mesmos, b) as carreiras mais antigas, para acompanhar seu grau de atualização frente a novas exigências tecnológicas, sociais e de mercado, c) os mais recentes, dado justamente seu relativo desconhecimento, d) sua função social, priorizando cursos considerados estratégicos ao desenvolvimento nacional. Entretanto, nenhum destes critérios parece traduzir o padrão de escolha governamental. Ao investir sua política de avaliação para umas carreiras em

detrimento de outras, sugere níveis de importância diferenciados em relação ao mercado diferencial de prestígio de carreiras, como demonstraremos.

No quadro a seguir, organizamos a série de cursos avaliados pelo Provão e ENADE em correspondência com a hierarquia de carreiras de Queiroz. O que se pode perceber? O governo claramente priorizou o acompanhamento de cursos considerados de alto prestígio. Dentre os 11 cursos assim listados, 10 foram avaliados, sendo que 9 numa série de cinco anos ou mais. Destaquemos, também, que as únicas carreiras que foram avaliadas por toda a série - nove anos - estão entre os cursos de maior prestígio. Dentre os cursos de médio prestígio nem todos foram avaliados. Além disso, mais da metade foi avaliada numa série de menos de cinco anos. Finalmente, apenas dois dos sete cursos classificados como de baixo prestígio foram avaliados, por dois anos e um ano. Os demais cursos⁵ foram avaliados por um ano -, à exceção de Fonoaudiologia, por dois anos.

Tabela 2: Série temporal de cursos que fizeram Provão e Enade, relacionada à hierarquia de cursos

Cursos	Provão	ENADE	Série
Administração	1996 a 2003	2006	9 anos
Direito	1996 a 2003	2006	9 anos
Engenharia Civil	1996 a 2003	2005	9 anos
Engenharia Química	1997 a 2003	2005	8 anos
Odontologia	1997 a 2003	2004	8 anos
Medicina veterinária	1997 a 2003	2004	8 anos
Eng ^a Elétrica/Eletrônica	1998 a 2003	2005	7 anos
Comunicação Social	1998 a 2003	2006	7 anos
Letras	1998 a 2003	2005	7 anos
Matemática	1998 a 2003	2005	7 anos
Engenharia Mecânica	1999 a 2003	2005	6 anos

⁵ Fonoaudiologia, Arquivologia, Computação, Biomedicina, Design, Fisioterapia, Formação de professores, Serviço Social, Teatro, Terapia Ocupacional, Turismo e Zootecnia.

Medicina	1999 a 2003	2004	6 anos
Economia	1999 a 2003	2006	6 anos
Psicologia	2000 a 2003	2006	5 anos
Agronomia	2000 a 2003	2004	5 anos
Biologia	2000 a 2003	2005	5 anos
Física	2000 a 2003	2005	5 anos
Química	2000 a 2003	2005	5 anos
Farmácia	2001 a 2003	2004	4 anos
Pedagogia	2001 a 2003	2005	4 anos
Arquitetura e Urbanismo	2002 e 2003	2005	3 anos
Ciências Contábeis	2002 e 2003	2006	3 anos
Enfermagem	2002 e 2003	2004	3 anos
História	2002 e 2003	2005	3 anos
Geografia	2003	2005	2 anos
Ciências Sociais	---	2005	1 ano
Educação Física	---	2004	1 ano
Filosofia	---	2005	1 ano
Música	---	2006	1 ano
Nutrição	---	2004	1 ano
Secretariado Executivo	---	2006	1 ano
Biblioteconomia	---	2006	1 ano

Fonte: MEC/INEP, elaborado pela autora

3 - EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E PERFIL SOCIOECONÔMICO DE DIFERENTES CARREIRAS

Assim é que se empreendeu uma pesquisa com o fim de verificar como a expansão recente do ensino superior no Brasil tem dialogado com a barreira da hierarquia de carreiras, indagando: o perfil socioeconômico do alunado se modificou de forma a incorporar, em carreiras selecionadas, novas frações da população em função de indicadores socioeconômicos selecionados?

A partir dos resultados das avaliações do MEC sobre o ensino superior, que se fazem acompanhar da aplicação de questionários socioeconômicos, temos tido acesso a dados nacionais que retratam bem o contorno dessa problemática. O

relatório-síntese do Provão de 2003, por exemplo, extraiu o seguinte sobre **cor e curso**: não apenas os **brancos estão mais presentes na universidade que sua representação na sociedade** em geral (são 52% dos brasileiros, mas na educação superior somam 72,9%), como ocupam boa parte dos **cursos com maior interesse de mercado** (INEP, 2003). Já as primeiras avaliações sobre o ENADE 2006 davam conta de que os **dados de renda e de cor na participação dos cursos se igualavam**: nos cursos de Formação de Professores aparece a maior proporção de alunos negros e com a menor renda, em oposição às engenharias e aos cursos da área médica, que apresentaram a menor presença de estudantes pobres (Góis, 2007, p. C1). Além disso, ao expor o perfil socioeconômico **geral** de estudantes de graduação avaliados ano a ano pelo Provão e pelo ENADE, o INEP indicava e sugeria que se particularizassem as análises curso por curso (INEP, 2005).

3.1 - ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E SELEÇÃO DE CARREIRAS

De acordo com Foracchi (1997, p. 44),

uma das principais tarefas com que se depara a abordagem sociológica é, pois, caracterizar o conjunto de mecanismos e processos que presidem à constituição do estudante como categoria social. Isto significa que o estudante deve ser focalizado tanto em termos das condições sociais que balizam o seu comportamento, vinculando-o à ordem social existente, quanto em termos das modalidades possíveis de ampliação dos seus horizontes de ação.

A constituição do estudante como categoria social, no nosso caso, passa pela demarcação de alguns indicadores socioeconômicos que estariam relacionados à escolha do curso. Para isso torna-se necessário eleger algumas variáveis de pesquisa relacionadas à origem social que tradicionalmente funcionam como determinantes ao ingresso e permanência no ensino superior, para avaliar, numa perspectiva temporal e por cursos, as características dessa presença: estaria havendo ingresso de novos perfis sociais?

Os indicadores por nós selecionados configuram o que tem sido descrito como o "perfil do estudante de ensino superior", caracteristicamente elitista. Examinado em bloco, esse estudante é branco, solteiro, a renda familiar e escolaridade dos pais está acima da média nacional, é egresso do ensino médio privado e não trabalha. Mas como estas variáveis se comportariam no exame em separado de cursos, e ao longo de uma série histórica? Nossa perspectiva é, como se pode supor, a seguinte: a **diminuição da presença de alunos com este perfil** estaria indicando um padrão inclusivo. Graficamente, se tomarmos um curso em série histórica o fenômeno da democratização estaria indicado, assim, pela presença de **linhas declinantes**.

Passamos enfim a justificar a inclusão de alguns dos indicadores socioeconômicos destacados em nosso trabalho. O aluno "não trabalhador" e "solteiro" configura o "estudante em tempo integral", por oposição ao *status* de "trabalhador-estudante" ou de "estudante-trabalhador", sugerindo uma ótima disponibilidade temporal para a realização de estudos (Arroyo, 1990 e Spósito, 2003). É ainda Foracchi, na mesma obra, quem descreve magistralmente a relação do estudante com o trabalho parcial ou integral e sua influência na escolaridade. Mostra, sobretudo, que "a acomodação entre estudo e trabalho raramente redundava numa integração harmônica das duas atividades. Com frequência impõe-se uma cisão, com caráter de opção, pois as qualidades do estudo e do trabalho não têm uma medida comum de avaliação" (Foracchi, 1977, p. 51).

Quanto à origem estudantil, ser egresso de instituição privada estabelece o limite social. Temos no Brasil com elevada tradição, contudo, o caso de instituições federais de ensino de elevada qualidade acadêmica, o que pode turbar um pouco os resultados. Trata-se de escolas que funcionam, sob certos aspectos, como "uma escola privada reservada a uma clientela da burguesia", pelo seu estilo de recrutamento (Jay, 2002, p. 121). Esse fenômeno já foi bem

estudado por Pinçon e Pinçon-Charlot (1989), no caso de uma escola pública localizada em bairro tradicional de Paris. Provavelmente por este motivo a Universidade Federal Fluminense, em seu edital para o vestibular de 2008, apregoa que concederá bonificação por mérito aos candidatos de escola pública **municipal ou estadual** de qualquer parte do país!

Com relação tanto à renda quanto à escolaridade do chefe de família, Mello (2004) demonstrou que os estudantes provenientes de condições socialmente mais favorecidas têm maiores chances não apenas de ingresso como de permanência quando comparados com os demais. Isto mesmo no contexto de expansão do ensino superior, com o aumento da oferta de ensino público e gratuito. Além disso, observa, "não existem indicações de que as desigualdades em relação ao ingresso e à evasão tendem a reduzir-se ao longo do tempo".

Desta forma, selecionamos de um lado três cursos de alto prestígio social: Medicina, Engenharia⁶ e Direito. E de outro, três de menor prestígio social e análogos aos primeiros: Biologia, Matemática e Letras. Recortamos nossa pesquisa para o estado do Rio de Janeiro entre 2000 e 2003, anos de convergência de realização do Provão para estes cursos.

Do banco de dados destes exames provieram os dados socioeconômicos de 129 024 formandos⁷ nesse estado, através de microdados disponibilizados pelo Ministério da Educação. Tais instrumentos parecem adequados para situar nossa problemática. Senão, vejamos: a) avaliações do ensino superior incidem sobre formandos, portanto os que estão mais próximos de completar todo o ciclo dos estudos superiores. De fato, poderiam restar inconsistentes e ilusórias análises realizadas sobre matriculados no ensino superior, dadas as inevitáveis perdas por evasão, um grave problema mesmo quando se trata de ensino gratuito e b) por

⁶ Civil (como um modelo dentro das engenharias).

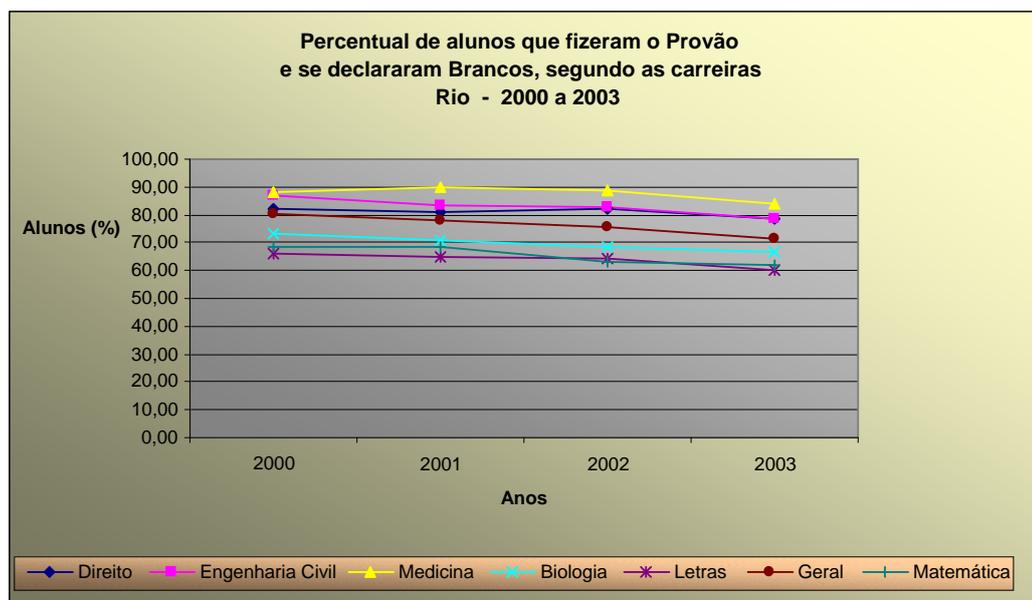
⁷ Dentre os quais 29935 alunos de Direito, 1470 de Engenharia, 7693 de Medicina, 11415 de Letras, 4140 de Matemática e 5379 de Biologia.

conterem os dados de **origem social** dos formandos contidos no questionário socioeconômico.

4 - ANÁLISE DOS DADOS

O que encontramos? Dois grupos estanques segundo indicadores sociais, delimitados pela fronteira da linha "Geral", que reflete a média de todos os cursos que fizeram o Provão naquele ano. Medicina, Engenharia e Direito aparecem de um lado, Letras, Matemática e Biologia de outro e a categoria "Geral"⁸ entre eles. Evidencia-se desde logo um contraste entre os dois grupos de carreira, os de maior prestígio sendo constituídos por uma extração social superior à média nacional, enquanto as carreiras de menor prestígio situam-se abaixo da média nacional. A seguir destacamos alguns gráficos ilustrativos, alertando para que nos dois últimos encontramos problemas no ano de 2000, que a nosso pedido estão sendo sanados pelo INEP:

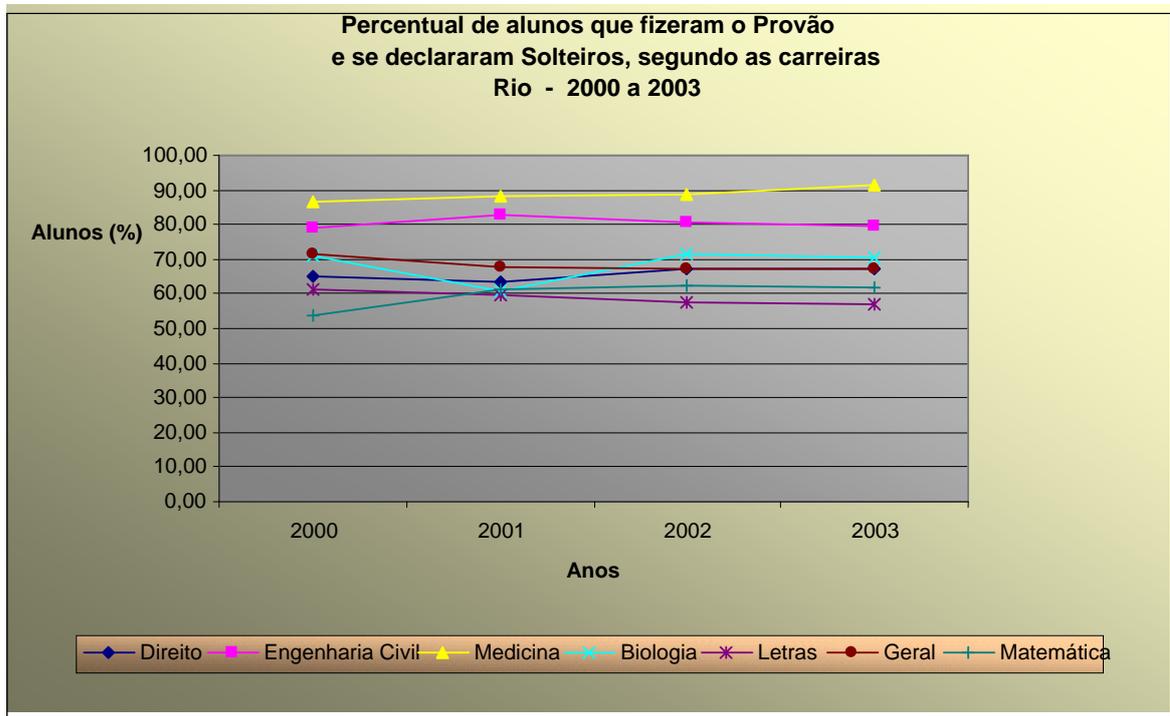
Gráfico 1: Graduandos brancos do Rio que fizeram o Provão segundo cursos - 2000-2003



Fonte: Microdados Provão INEP

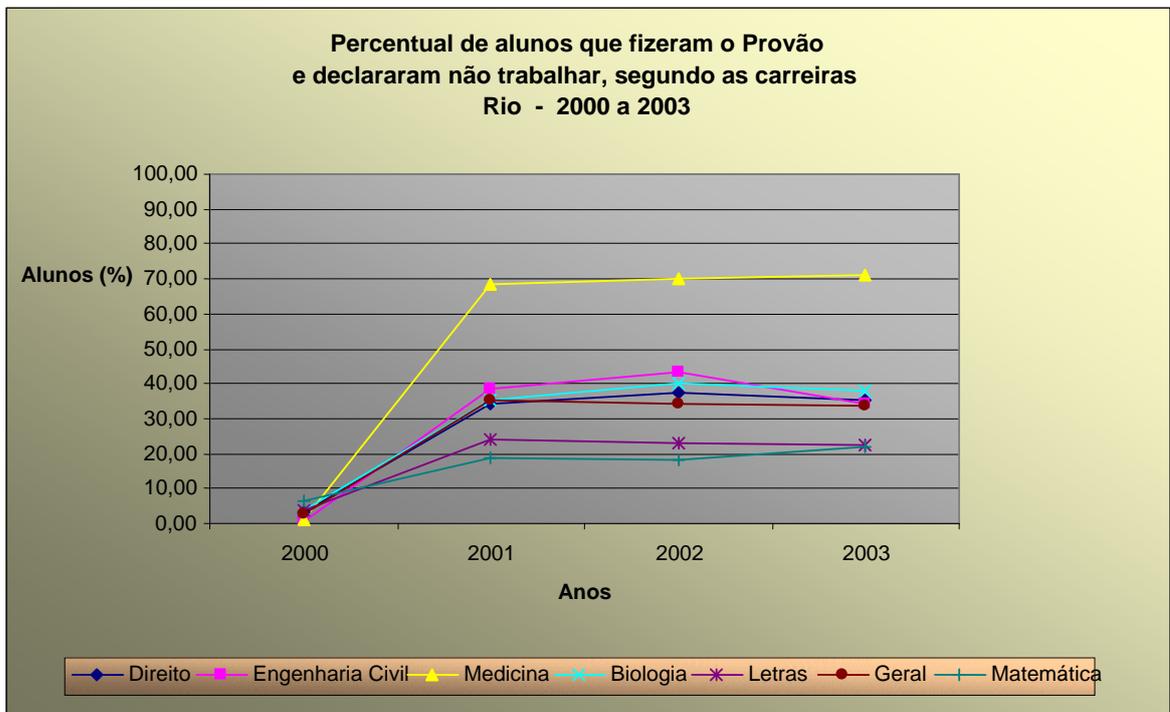
⁸ Em 2000, a categoria "Geral" agrupava os seguintes cursos: Administração, Agronomia, Biologia, Comunicação Social, **Direito**, Economia, **Engenharias**, Física, Letras, Matemática, **Medicina**, Medicina Veterinária, Odontologia, Psicologia, Química. Em 2001, todos estes mais Farmácia e Pedagogia. Em 2002, os anteriores mais Arquitetura, Ciências Contábeis, Enfermagem e História. E em 2003, os anteriores mais Fonoaudiologia e Geografia.

Gráfico 2: Graduandos solteiros do Rio que fizeram o Provão segundo cursos - 2000-2003



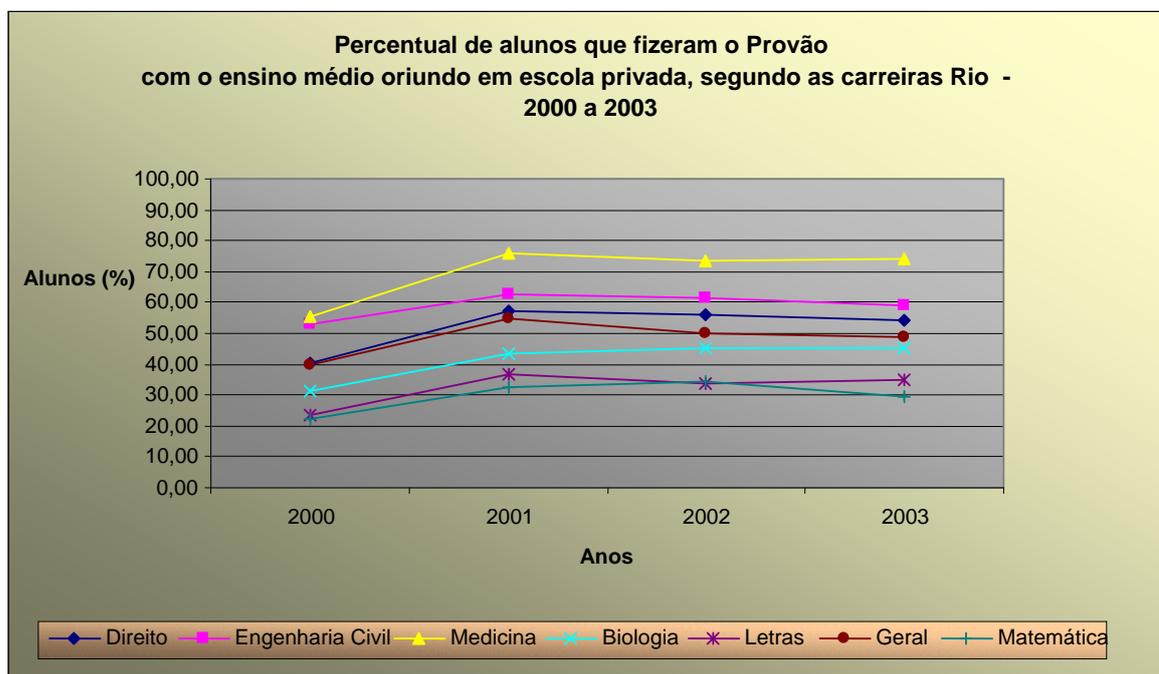
Fonte: Microdados Provão INEP

Gráfico 3: Graduandos não trabalhadores do Rio que fizeram o Provão segundo cursos - 2000-2003



Fonte: Microdados Provão INEP

Gráfico 4: Graduandos egressos do Ensino Médio privado do Rio que fizeram o Provão segundo cursos - 2000-2003



Fonte: Microdados Provão INEP

Entre os três cursos de prestígio examinados, o de Medicina supera claramente Engenharia Civil e Direito com relação aos indicadores socioeconômicos, nessa ordem. Verifica-se, no curso de Medicina, uma preocupante rigidez na composição de seu quadro discente. De forma um pouco menos acentuada o mesmo ocorre no curso de Engenharia Civil. Quanto aos cursos de Letras, Biologia e Matemática, os indicadores se assemelham, sempre abaixo da média nacional e em oposição aos dos cursos de maior prestígio.

Em termos da evolução temporal não se observam quedas expressivas nos indicadores selecionados, mantendo-se a série quase que em linha **reta**⁹. Tal configuração não nos autoriza a inferir nenhuma tendência importante de mudança do perfil socioeconômico no ensino superior, pelo menos até aqui. Tomados os gráficos anteriores, apenas na situação de "branco" encontramos

⁹ Uma brusca alteração nessas retas no ano de 2000 refere-se a problemas com parte dos dados dos Microdados deste ano. A nosso pedido, o INEP está verificando o problema.

linhas decrescentes como tendência geral. Deve-se ponderar que a resposta à pergunta "Como você se considera?", reflete a subjetividade do aluno com relação ao tema. Em função de novos fatores culturais como movimentos negros, a representação de cor/raça pode estar mudando, de forma a favorecer a assunção da condição de não-branco.

É certo que as carreiras de menor prestígio incluem um tipo de população que se aproxima um pouco mais da média da população brasileira, mas essa característica se cristaliza no tempo, sem alterações inclusivas espetaculares. Apenas na situação de "branco" encontramos uma linha que transpõe um intervalo de frequência decrescendo, igualmente verificada no curso de Matemática. Deve-se ponderar que a resposta à pergunta "como se considera?", reflete a subjetividade do aluno com relação ao tema. Em função de novos fatores culturais como movimentos negros, a representação de cor/raça pode estar mudando, de forma a favorecer a assunção da condição de não-branco.

Com relação aos demais indicadores, a mudança é ainda discreta, verificando-se inclusive, com relação à escolaridade dos pais, uma elevação do percentual de cursos superiores. Entretanto, essa mudança não sugere necessariamente elitização dos quadros discentes, porque pode estar associada a uma elevação nacional da escolarização em anos recentes, aí refletida.

Concluindo, talvez se possa associar a permanência de tipos socioeconômicos diferenciados nos diversos cursos de graduação no Brasil, ao padrão da "Desigualdade Maximamente Mantida" (SILVA, 2003, p. 131), assim enunciado:

quando o sistema educacional se expande, as desigualdades entre grupos sociais tendem a permanecer estáveis, e mesmo a se ampliarem, porque os grupos em vantagem estão em melhores condições de aproveitarem as novas posições abertas por esta expansão. Somente quando esses grupos em vantagem atingem seus níveis de saturação nas chances de completar uma dada transição educacional é que as desigualdades começam a declinar.

O que está se percebendo até agora, enfim, é que as possibilidades originais da população brasileira não são suficientes *de per si* para viabilizar o propósito de democratização do ensino superior, especialmente quando se considera uma distribuição entre cursos de maior e menor prestígio social. Assim sendo, restariam confirmadas a marca do elitismo no ensino superior e da desigualdade social arraigada ainda no terceiro milênio, manifestas numa impermeável hierarquia de carreiras.

Nesse sentido, vale repetir a consideração de Santos e Silveira: "importante frisar que a superação do *handicap* da herança sócio-cultural pode depender de medidas compensatórias, e estas são do âmbito do poder público (2000)". Conseqüentemente, cabe ratificar e sugerir a ampliação e intensificação da política do PROUNI, das ações afirmativas, da criação de bolsas-permanência e da multiplicação de instituições públicas e gratuitas de forma descentralizada, se quer caminhar com sucesso à consecução do Plano Nacional de Metas da Educação de forma democrática.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. A universidade, o trabalho e o curso noturno. **Estudos e debates**. Brasília. n. 17, p. 91-94, 1990.

BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. As profissões no Brasil e sua sociologia. In: **Dados**. Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, 2003.

BOUDON, Raymond. **Ordem social e efeitos perversos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BOURDIEU, Pierre. Classificação, desclassificação, reclassificação. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. O campo científico. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **La noblesse d'état**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.

BROADY, Donald, BÖRJESSON, Mikael e PALME, Mikael. GO WEST! O sistema de ensino sueco e os mercados transnacionais. In: ALMEIDA, Ana Maria e NOGUEIRA, Maria Alice. **A escolarização das elites**. Um panorama internacional da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2002.

COELHO, Edmundo. **As profissões imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

DINIZ, Marli. **Os donos do saber. Profissões e monopólios profissionais**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

FORACCHI, Marialice M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

GOIS, Antônio. Universitários acham que seus cursos exigem pouco. **Folha de São Paulo**, 8 jul. 2007, p. C1.

INEP. **Resumo técnico ENADE 2004**. 2005. Disponível em http://www.inep.gov.br/download/superior/enade/relatorio/Resumo_tecnico_ENADE_2004.pdf. Acesso em 28 ago. 2006.

JAY, Edouard. As escolas da grande burguesia: o caso da Suíça. In: ALMEIDA, Ana Maria e NOGUEIRA, Maria Alice. **A escolarização das elites**. Um panorama internacional da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, Carlos Benedito. Uma reforma necessária. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 1001-1020, out. 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 24 mar. 2007.

_____. O ensino superior brasileiro nos anos 90. **São Paulo em Perspectiva**, 2000, vol. 14, nº. 1. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em 13 out. 2006.

MELLO, Jorge. 2005. **Ingresso e evasão na expansão recente do ensino superior**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da PUC-Rio, 2004.

NERI, Marcelo. **Equidade e eficiência na educação: motivações e metas**. 2007. Disponível em <http://www4.fgv.br/cps>. Acesso em 2 abr. 2007.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Favorecimento econômico e excelência escolar: um mito em questão**. Revista Brasileira de Educação. Nº.26. Rio de Janeiro Mai/Ago 2004.

PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **Dans les beaux quartiers**. PARIS: EDITIONS DU SEUIL, 1989.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O ensino superior público e particular e o território brasileiro**. Brasília: ABMES, 2000.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **O negro e a universidade brasileira**. Disponível em <http://www.historia-actual.com/HAO/Volumes/Volume1/Issue3/esp/v1i3c8.pdf>. Acesso em 28 ago. 2006.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O ensino superior público e particular e o território brasileiro**. Brasília: ABMES, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon. Educação: a nova geração de reformas. In: GIAMBIAGI, Fábio, REIS, José Guilherme e URANI, André (orgs.). **Reformas no Brasil. Balanço e agenda**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

_____. **O ensino superior no Brasil, 1998**. AIR Brasil - Pesquisa e Consultoria em Recursos Humanos e Políticas Públicas. 1998. Disponível em <http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/lobo.pdf>. Acesso em 3 ago. 2004.

_____. **A diferenciação do ensino superior no Brasil**. 1990. Disponível em <http://www.schwartzman.org.br/simon/diferent.htm>. Acesso em 28 ago. 2006.

_____. Universalidade e crise das universidades. **Estudos Avançados**. Vol.3, nº.5 São Paulo Jan./Abr. 1989.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A divisão interna do campo universitário: uma tentativa de classificação.** 1999. Disponível em <http://www.inep.gov.br/PESQUISA/BBE-ONLINE/det.asp?cod=53398&type=P>. Acesso em 2 abr. 2006.

SILVA, Nelson do Valle. Expansão escolar e estratificação educacional no Brasil. In: HASENBALG, Carlos e SILVA, Nelson do Valle. **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

SPÓSITO, Marília dos Santos. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas.** São Paulo: Ação Educativa, 2003.

WEBER, Max. **Economia e sociedade.** Brasília: Ed. UnB, 1991.